

Crescem manifestações contra PEC 241



As mobilizações contra a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241 ganharam mais força nesta segunda-feira (24/10). Mais de 10 mil pessoas se manifestaram contra a PEC que congela os investimentos em áreas sociais por 20 anos. A concentração do ato ocorreu em frente à Igreja da Candelária, onde começou a agitação do ato público que chamou a atenção da população para a necessidade de barrar o avanço da PEC 241, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Em seguida, os manifestantes saíram em passeata pela Avenida Rio Branco até a Cinelândia, clássico cenário

das maiores mobilizações populares em defesa da garantia de direitos sociais. O presidente da república Michel Temer voltou a ser figura central da manifestação devido às suas medidas antissociais, tendo sua saída do cargo reivindicada diversas vezes.

A direção do Sintuperj se fez presente pelos coordenadores gerais Antônio Virgínio e Regina de Souza, e pela coordenadora de Saúde e Segurança do Trabalhador, Simone Damasceno.

O ato público deste dia 24 de outubro ocorreu sem registros de explosões e nem de repressão policial, o que permite uma adesão ainda

maior das camadas populares à luta contra a 'PEC do fim do mundo'. É vital a ampla participação de toda a sociedade para derrotar mais esse projeto de arrocho às classes populares.

O PEC 241 foi aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados no último dia 10 de outubro por 366 votos a favor e 111 contra. Será votado em segundo turno nesta terça-feira (25/10), necessitando novamente ser aprovado por um terço do total de parlamentares da Casa (308 votos) para ser enviado para apreciação no Senado.

Greve geral: momentos extremos, medidas extremas

Presos políticos e repressão a manifestações de rua. Jornadas de trabalho de 12 horas em pauta, salários atrasados, desemprego e aumento do custo de vida. O contexto descrito parece referir-se a 2016, mas detalha o momento histórico enfrentado pelos trabalhadores em 1917. E a resposta para todas essas dificuldades vividas há quase 100 anos foi a primeira greve geral do Brasil. Mas o que é a greve geral?

A expressão pode parecer designar a soma de diversos movimentos grevistas ou uma greve de todos os trabalhadores de uma única categoria, neste último caso como a que ocorreu com os sapateiros do Rio de Janeiro em 1906. Greve geral, contudo, refere-se à luta coletiva de categorias de diversas áreas e setores (público e privado), articulados com movimentos estudantis, sociais e populares. Aqui, as mobilizações separadas dão lugar a movimentos concentrados, com maior poder de adesão e de luta contra as políticas governamentais de arrocho da classe trabalhadora.

O movimento de 1917, iniciado em São Paulo, foi o primeiro a envolver diferentes categorias, da indústria e do comércio, inclusive com a paralisação dos transportes. À época, o contexto político-econômico do país estava mergulhado na diminuição do poder de compra, consequência da elevação dos preços em virtude das exportações de alimentos aos países da Tríplice Entente, que lutavam na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Cem anos depois, o Brasil tornou-se uma das maiores economias do mundo. Mas a imagem externa desenvolvimentista contrasta – ou se alicerça – na supressão de direitos trabalhistas e sociais. Somente este ano, o governo federal apontou para reformas trabalhistas que possibilitam carga horária de trabalho de 12 horas diárias. Em âmbito estadual, os servidores públicos sentem na pele as dificuldades vivenciadas pelos precursores da greve geral devido aos atrasos salariais. Paralelamente, intensificam-se as ações das forças de repressão do Estado às manifestações

contra o Governo, com diversos presos e até com o forjamento de flagrantes, desde as históricas manifestações de 2013.

A atual crise econômica do país amplia o desemprego, mas não impede que o Governo estadual abra mão de bilhões de reais em impostos devidos por empresas. Também não inibe a abertura de licitação para a compra de alimentos de valores exorbitantes para a maioria da população, e nem a oferta de jantares pelo governo federal a parlamentares, enquanto o trabalhador faz as contas para conseguir comprar alimentos básicos, como o feijão. O aumento deste e de outros produtos da cesta básica está diretamente relacionado à histórica política econômica voltada à exportação de matéria-prima e importação de produtos com valor agregado. O déficit dessa política é alto, e tem sido pago pelas classes populares.

Revisitando a História, percebe-se a reedição dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora. E é a partir dela que também pode-se buscar as soluções.